

Paraná Banco S.A.

**Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2018 e 2017**

Conteúdo

Mensagem da administração	3
Relatório sintético do comitê de auditoria	13
Declaração dos diretores	14
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	15
Balancos patrimoniais	21
Demonstrações de resultados	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	24
Demonstrações do valor adicionado	25
Notas explicativas às demonstrações contábeis	26

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Este primeiro semestre de 2018, foi marcado por diferentes eventos que alteraram as expectativas quanto a recuperação da economia brasileira, sejam pelos embates comerciais entre as potências econômicas mundiais, como também no âmbito local, sob a indefinição da trajetória política do Brasil nesse período pré-eleitoral. Também tivemos mudanças repentinas na trajetória do crescimento econômico e inflacionária, em virtude dos impactos inerentes da mobilização dos caminhoneiros deflagrada em maio passado.

Nesse contexto, o Paraná Banco finalizou o 1º semestre de 2018 com um lucro líquido recorrente de R\$ 104,3 milhões, em relação ao mesmo período do ano de 2017, verificamos um incremento de 34,8%. Destacamos a participação do Grupo Segurador JMalucelli no resultado líquido, que representou 25% no acumulado do 1º semestre de 2018.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE) apurado na comparação do acumulado dos primeiros semestres de 2018 e 2017, houve um aumento de 3,6 pontos percentuais.

Destacamos nesta divulgação de resultados, nosso índice de eficiência, antes da PDD, que foi de 31,3% sendo um dos melhores índices historicamente registrados pelo Banco. Ao compararmos ao mesmo período de 2017, temos uma melhora de 12,8 pontos percentuais.

O saldo de caixa disponível apresentado neste 1º semestre foi de R\$ 1,64 bilhão, apresentando liquidez adequada para cumprir seus compromissos. Vale aqui destacar a 4ª Emissão Pública de Letras Financeiras do Paraná Banco ocorrida em maio de 2018 no valor de R\$ 300 milhões. Outro ponto de destaque é o índice de Basileia, que finalizou este semestre em 22,1%.

Importante comentar a elevada capitalização do Grupo Segurador, com a JMalucelli Seguradora e JMalucelli Resseguradora apresentando o patrimônio líquido ajustado de R\$ 304,6 e R\$ 622,0 milhões, respectivamente.

A JMalucelli Seguradora apresentou no acumulado deste 1º semestre de 2018 o resultado de R\$ 246,2 milhões de prêmios diretos emitidos, que representou um aumento de 17,4% em relação ao mesmo período de 2017, enquanto que na JMalucelli Resseguradora, o resultado acumulado de prêmios retidos no mesmo período foi de R\$ 24,1 milhões, um incremento de 48% em relação ao mesmo período de 2017.

Esta primeira metade de 2018, que se apresentou rodeada de acontecimentos desafiadores, o Paraná Banco tem obtido êxito, porém tem se mantido atento aos movimentos e alterações dos cenários futuros e riscos inerentes. Os resultados do Banco aqui comentados, reforçam a dedicação do Paraná Banco em sua contínua busca da eficiência, com a modernização de seus processos, através de automação e digitalização e se adequando assim ao cenário competitivo que cada vez mais tem se mostrado evidente para os próximos anos.

SOBRE O PARANÁ BANCO

Perfil

O Paraná Banco, banco múltiplo privado, é especializado em crédito consignado, seguro garantia e resseguros.

Governança Corporativa

Composição acionária

Na tabela abaixo, podemos ver a composição acionária do Paraná Banco:

Composição acionária	ON	PN	Total	% Total
Grupo de Controle e Pessoas Vinculadas	40.745.600	40.248.014	80.993.614	<i>99,4%</i>
Diretoria	450.481	0	450.481	<i>0,6%</i>
Total	41.196.081	40.248.014	81.444.095	100%

Base: junho/2018

Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

No semestre findo em 30 de junho de 2018, foram destacados juros sobre o capital próprio (“JSCP”) no montante de R\$ 43.096. Os referidos juros reduziram os encargos tributários registrados no resultado do trimestre em R\$ 19.393.

Desempenho do Grupo Segurador

J. Malucelli Seguradora

O lucro líquido da JMalucelli Seguradora encerrou o 1S18 em R\$ 25 milhões. O patrimônio líquido ajustado finalizou em R\$ 304,06 milhões. Em junho/2018, o capital mínimo requerido, isto é, o montante de capital que a companhia deve manter para operar, correspondeu a 16% do patrimônio líquido ajustado. A suficiência de capital da JMalucelli Seguradora foi de 84% do patrimônio líquido ajustado, esse resultado demonstra a solidez da companhia nas suas operações.

J. Malucelli Resseguradora

Lembramos aqui o fato da J. Malucelli Resseguradora atender exclusivamente a J. Malucelli Seguradora, refletindo assim os seus efeitos.

A JMalucelli Resseguradora finalizou o 1S18 com um lucro líquido de R\$ 19,9 milhões.

J. Malucelli Investimentos (DTVM)

A J. Malucelli Investimentos tem o compromisso com investimentos de longo prazo, baseados exclusivamente em uma profunda análise fundamentalista. Seus produtos de investimento são destinados a pessoas físicas, jurídicas ou institucionais.

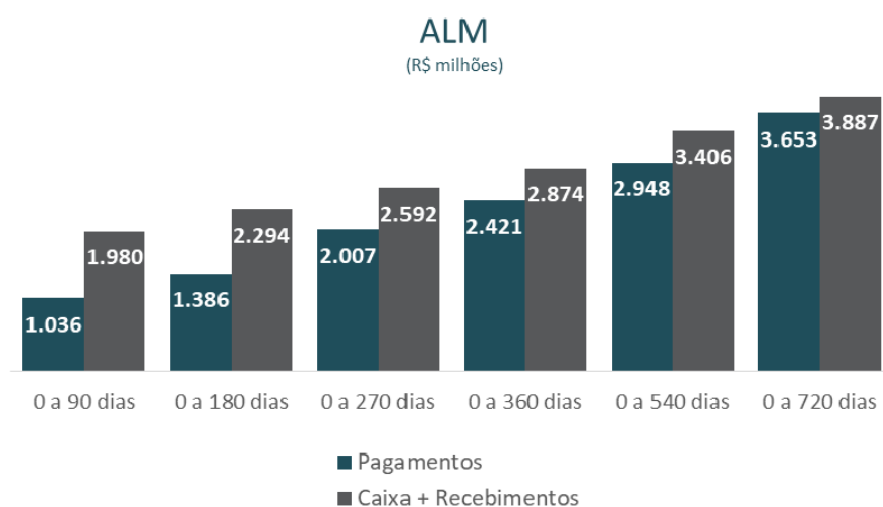
Atualmente, é responsável pela administração e gestão de 4 fundos de investimento abertos, sendo 2 de renda variável e 2 de renda fixa e 27 produtos exclusivos, entre fundos de investimento e carteiras administradas.

DESEMPENHO OPERACIONAL

► Gestão de Ativos e Passivos

Na tabela abaixo, mostramos a gestão do ativos e passivos do Paraná Banco.

Podemos verificar que o Banco mantém a relação positiva entre passivo e ativos em todos os vértices, compreendidos os próximos 720 dias, evidenciando a eficiência na gestão de ALM.



RATINGS

O Paraná Banco é classificado por agências de rating nacionais e internacionais que analisam a sua estrutura e riscos, conforme quadro abaixo.

S&P Global
Ratings

brAA+
Escala nacional
BB-
Escala global
Julho/2018

FitchRatings

AA-(bra)
Baixo Risco de Crédito
Maio/2018

RISKbank

10,40
BRMP 1 (até 2 anos)
Muito Seguro
(data base: Março/2017)
Julho/2018

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Gestão do Capital

O Gerenciamento de Capital é o processo contínuo de:

- ✓ Monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco;
- ✓ Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeito; e
- ✓ Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Banco.

No gerenciamento de capital o Banco adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Desta forma, a estrutura de gerenciamento de Capital deve prever, no mínimo:

- ✓ Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pelo Paraná Banco, inclusive aqueles não cobertos pelo PRE - Patrimônio de Referência Exigido;
- ✓ Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- ✓ Plano de capital e objetivos estratégicos abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- ✓ Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Risco de Mercado

Define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

Esta definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado do Paraná Banco é compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da exposição a este tipo de risco.

As estratégias utilizadas pelo Paraná Banco para estimar, monitorar e gerenciar riscos estão baseadas em métodos e nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

A área de Tesouraria do Paraná Banco tem como principal missão prover recursos para a área Comercial, monitorar o fluxo de caixa, efetuar as operações de *hedge* e gerir as disponibilidades, com ótima rentabilidade adquirindo ativos líquidos e seguros.

Os Instrumentos Financeiros utilizados para gestão do caixa / disponibilidades do Banco são:

- Operações compromissadas com Títulos Federais que são negociadas pela mesa financeira com taxas prefixadas.
- Títulos Federais;
- CDI's: Negociados pela mesa financeira, estes produtos são indexados ao DI, SELIC e prefixado.

O Paraná Banco busca minimizar as exposições ao risco de mercado de suas posições. As decisões de *hedge* são deliberadas no Comitê de Riscos e Capital.

Atualmente são deliberados instrumentos de proteção como:

- ✓ Contratos futuros de taxas de juros negociados na B3 S.A - Brasil;
- ✓ Contrato futuro de cupom de IPCA

O risco de mercado deverá ser monitorado por meio de sistema integrado aos sistemas legados, para controlar as posições geradoras de risco.

Riscos para os quais se busca proteção

Risco de Taxas de Juros - O risco de taxa de juros decorre da precificação de Ativos e Passivos em momentos distintos, oscilações inesperadas na inclinação e forma das curvas de rendimento e alterações na correlação entre as taxas de juros de diferentes instrumentos financeiros. O Paraná Banco está exposto ao risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre taxas de juros praticadas pelo Banco e as taxas de mercado. A Instituição procura administrar seus Ativos e Passivos com controles eficazes, de acordo com seu porte operacional, para que com isso reduza um possível impacto negativo sobre o resultado da intermediação financeira em função de oscilações nas taxas de juros.

Risco de Variação nos Índices de Preços: É o Risco decorrente de oscilações no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Metodologia

O Paraná Banco utiliza as seguintes metodologias para avaliar o Risco de Mercado:

- ✓ Posições: Caracterizadas por “compradas e vendidas”, dão uma ideia do volume de negócios, mas, não necessariamente, uma visão real do risco. Os limites de posição podem ser estabelecidos em função de um instrumento específico ou estratégia para que sejam mantidos de acordo com os níveis desejados pelo Banco.
- ✓ Sensibilidades: As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira da instituição. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e estrutura da carteira do banco. Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo da taxa de juros por 1 ponto base (0,01) é a principal medida de sensibilidade. É um requerimento das autoridades reguladoras.

- ✓ **Análise de Cenários (Testes de Estresse):** Os resultados de um teste de estresse dão uma informação complementar da potencial perda da carteira da instituição para cenários de ruptura de mercado, situação esta que o modelo padrão de VaR não consegue prever.
- ✓ **Value-At-Risk - VaR (Valor em Risco):** O VaR de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo, sob condições normais de mercado. Para o VaR regulatório, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias.
- ✓ **EVE - Economic Value of Equity:** A exposição da carteira “Banking” é mensurada através da metodologia *EVE - Economic Value of Equity*, que se caracteriza por ser uma metodologia de mensuração de impactos econômicos, utilizada para cálculo de exposição ao risco de taxas de juros dos títulos classificados na carteira de não negociação (*Banking*).
- ✓ **Backtesting:** É um elemento chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pela instituição, sendo também, um requerimento da autoridade reguladora. Consiste em testar a probabilidade do número de perdas acima do grau de confiança esperado, servindo para identificar as falhas dos modelos de VaR e os fatores que precisarão de ajustes.

As principais atribuições da Gerência de Risco de Mercado são:

- Mensurar e controlar a sujeição a riscos de mercado pela Companhia;
- Definir as metodologias a serem utilizadas na mensuração dos riscos de mercado;
- Fornecer informações relativas às exposições aos riscos de mercado;
- Realizar o controle da utilização dos limites operacionais autorizados e informar ao Comitê de Riscos e Capital eventuais excessos e descon siderações aos limites de exposição previamente estabelecidos;
- Realizar testes para monitoramento da precisão dos modelos de avaliação do risco de mercado; e
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse).

Gestão do Risco de Liquidez

O Comitê de Riscos e Capital em primeira instância e o Conselho de Administração em última instância são responsáveis pelo monitoramento e cumprimento da política de liquidez.

O risco de liquidez origina-se dos desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

São elaborados relatórios que permitem o monitoramento dos riscos assumidos e também são realizadas avaliações voltadas a identificar posições que coloquem em risco a situação econômico-financeira da Instituição.

Testes de Estresse são aplicados no mínimo mensalmente, e consideram as seguintes premissas: resgates antecipados, aumento da inadimplência, saídas inesperadas, aumento das operações de crédito e possível dificuldade de acesso a novos recursos.

Plano de Contingência de Liquidez

O Paraná Banco utiliza um Plano de Contingência contendo estratégias de administração de situações de crise de liquidez. Este plano identifica os fatores de risco de liquidez inerentes ao Banco e os fatores mitigadores destes riscos, bem como os instrumentos e procedimentos a serem executados em situações de crise.

Risco de Crédito

Risco de Crédito, conforme definição da Resolução nº 4.557, de 23/02/2017, é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou rentabilidade, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Tal definição compreende ainda:

- O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante; e
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito está inserido e é disseminado nas Políticas, Normas e Manuais de Crédito do Paraná Banco, e nos modelos internos de avaliação dos riscos de crédito.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito permite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados ao Paraná Banco.

As diretrizes do gerenciamento do risco de crédito estão alinhadas com as estratégias de curto e longo prazo do Paraná Banco e, por isso, condicionam que toda e qualquer decisão que envolva risco de crédito esteja em conformidade com suas disposições.

Todas as operações são efetuadas observando-se as melhores práticas do mercado, a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, além da legislação pertinente.

Risco Operacional

O Paraná Banco, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais contempla uma Matriz de Riscos e Controles para padronizar a linguagem e facilitar o entendimento de todos os funcionários.

Essa estrutura, integrada com o sistema de controles internos, registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implementa planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Desta forma, o Paraná Banco em cumprimento às disposições da Resolução nº 4.557/17 gerencia seus riscos operacionais em total consonância com as disposições regulamentares e as melhores práticas do mercado.

Seu Conselho de Administração está plenamente engajado no processo, definiu e aprovou a política de gerenciamento e disponibilizou adequados recursos humanos e materiais. É responsável pelas informações e promoveu ampla divulgação aos clientes e colaboradores em seu site na rede mundial de computadores.

Estrutura

As atividades relacionadas à estrutura de controle de gerenciamento de riscos são divididas entre órgãos e cargos da Companhia, conforme abaixo:

Diretoria e Conselho de Administração: A Diretoria e o Conselho de Administração são responsáveis pela aprovação e revisão periódica das Políticas de Gerenciamento de Riscos, devendo também monitorar periodicamente os limites operacionais e os procedimentos adotados pela Companhia com o escopo de manter a exposição ao risco em níveis considerados regulares.

Comitê de Riscos e Capital: Criado para suportar o Comitê Executivo Sênior e atuar de forma colegiada na identificação, análise, monitoramento, mensuração, acompanhamento e controle dos riscos corporativos a que a Companhia está sujeita, devendo garantir o cumprimento da Resolução nº 4.557/17 que dispõem sobre a implementação das estruturas de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez e do gerenciamento de capital. O Comitê de Riscos e Capital é composto pelo Presidente, Diretor de Riscos, além dos gerentes / responsáveis pela área de Gestão Integrada de Riscos.

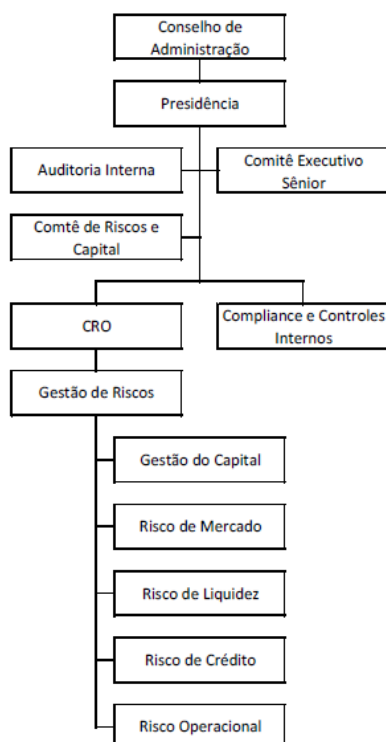
Diretor Responsável pelos Riscos: Os Diretores responsáveis pelos riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez são indicados pela Companhia para representá-la perante o Banco Central, sendo, juntamente com o Comitê de Riscos e Capital, responsável por validar e aprovar as políticas e objetivos gerais da Companhia, alertando o Conselho de Administração e a Diretoria com informações relevantes sobre a estrutura e os resultados do gerenciamento de riscos.

Gestor Responsável: Os Gestores responsáveis pela gerência dos riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, além do Gerenciamento de Capital, são colaboradores designado pelos Diretores responsáveis pelos riscos para gerir as estruturas de gerenciamento de riscos. Aos Gestores Responsáveis também é atribuído o encargo pelo processo de informação, comunicação e divulgação da estrutura de risco adotada pela Companhia.

A estrutura de gerenciamento de riscos contempla metodologias e ferramentas para medir, monitorar e controlar a exposição ao risco. Desta forma, a Companhia, em cumprimento às disposições do Banco Central do Brasil, gerencia seus riscos em total consonância com as disposições regulamentares e as melhores práticas do mercado.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está divulgada no sítio do Paraná Banco na rede mundial de computadores (<http://www.paranabanco.com.br/ri>) no menu: Governança

Corporativa > Riscos e Compliance, ou através do link: http://riparanabanco.mzweb.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=51304



Atuação da Equipe de RI

O Paraná Banco possui uma área de relações com investidores que busca manter uma postura proativa, constantemente em contato com analistas e investidores nacionais e estrangeiros, que tem como objetivo melhor atender as demandas do mercado e fortalecer a imagem e presença do Banco.

Divulgação das informações

Em atendimento à instrução CVM nº 480, os Diretores revisaram, discutiram e concordam com o relatório dos auditores independentes e com as Demonstrações financeiras.

Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes relacionados a essas empresas que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.



Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros de negócios pela confiança demonstrada ao longo do tempo, e aos Diretores, Conselheiros, funcionários e colaboradores, pelos esforços, competência, lealdade e dedicação frente aos desafios passados e do futuro.

ALEXANDRE MALUCELLI
Presidente do Conselho de Administração

PARANÁ BANCO S.A. (PRBC N1)
Companhia Aberta

C.N.P.J./M.F. n.º: 14.388.334/0001-99
NIRE: 41.300.002.169

**RELATÓRIO SINTÉTICO DO COMITÊ DE AUDITORIA RELATIVO
AO PRIMEIRO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018**

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) do Paraná Banco S.A., ponderadas suas responsabilidades e limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, RECOMENDA a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas do primeiro semestre findo em 30 de junho de 2018.

O Comitê desenvolveu os trabalhos conforme seu Regimento Interno e plano de atividades para o primeiro semestre de 2018. O Comitê atuou junto à Administração, Auditoria Interna e Auditoria Externa e ficou satisfeito quanto à abrangência, efetividade e conclusão dos trabalhos desenvolvidos, notadamente sobre a eficácia dos Sistemas de Controles Internos que asseguram que as operações são realizadas com observância das melhores práticas corporativas, ao Código de Ética e Conduta e às exigências dos órgãos reguladores.

O relatório completo das atividades do Comitê encontra-se arquivado na sede da Companhia.

Curitiba, 14 de agosto de 2018.

Marcelo Bromberg
Membro Coordenador do Comitê
Especialista em Auditoria, Finanças e Contabilidade

Valdeci Prestes
Membro do Comitê

Adrian Monge Jara
Membro do Comitê

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, o diretor-presidente e os demais diretores do Paraná Banco S.A., sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ 14.388.334/0001-99, para fins do disposto nos incisos V e VI do art. 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis do Paraná Banco S.A., referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

(ii) Reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações contábeis do Paraná Banco S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

Curitiba, 14 de agosto de 2018

Cristiano Malucelli
Diretor-presidente

André Luiz Malucelli
Diretor Comercial Pessoa Jurídica

Anilson Fieker Pedrozo
Diretor Operacional e Administrativo

Laercio Schulze de Sousa
Diretor Financeiro e Relações com Investidores

Nile Mannrich
Diretora Comercial Pessoa Física



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Paraná Banco S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Paraná Banco S.A. (“Banco” e “Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Paraná Banco S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.g e nº 6, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Banco classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito) em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias, e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. O Banco aplica os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamento do Banco, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa do Banco, quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito, ao alto grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e ao impacto que eventual alteração das premissas utilizadas para cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes, manuais e automatizados, implementados pelo Banco e relacionados aos processos de aprovação, registro, classificação, atualização dos níveis de risco (*ratings*), comparação histórica da inadimplência do Banco com os dados disponíveis no mercado, das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. Avaliamos também, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela regulamentação vigente, relacionados às premissas e a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

Realização de ativos fiscais diferidos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários (Nota Explicativa nº 17) relativos as diferenças temporárias de provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisão para contingências, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseada no plano de negócios e em orçamento preparados pelo Banco e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, o Banco adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos



(créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, implementados pelo Banco e referentes ao processo, de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados a qual é base para a avaliação sobre a realização de ativos. Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco, o recálculo das projeções baseadas em tais premissas e se atendiam às diretrizes da regulamentação vigente. Com o apoio dos nossos especialistas da área Tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários). Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor dos créditos tributários no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

Provisões técnicas de seguros e resseguros registradas em empresas controladas em conjunto, mensuradas pelo método de equivalência patrimonial

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3a, o Banco detém participações societárias em empresas controladas em conjunto do ramo de Seguros e Resseguros. Essas controladas em conjunto possuem passivos relacionados a contratos de seguros e resseguros denominados Provisões Técnicas. Em face do alto grau de julgamento e subjetividade inerentes aos contratos de seguros e resseguros, o teste de adequação de passivos e o processo de determinação e mensuração das provisões técnicas podem afetar o resultado apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de forma relevante. As investidas do Banco continuamente avaliam as metodologias e premissas, que incluem, entre outras, os critérios e parâmetros mínimos determinados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) para cálculo das provisões técnicas, sinistros, comissões e despesas. Devido à relevância do investimento e resultado dessas investidas, ao nível de julgamento envolvido na determinação dessas estimativas nessas investidas e ao eventual impacto que mudanças nas premissas teriam no valor das Provisões Técnicas e, conseqüentemente, no resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais do Banco, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos para as controladas em conjunto, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das controladas. Realizamos reuniões com os respectivos auditores responsáveis pelas controladas em conjunto e efetuamos a avaliação do trabalho realizado que considerou, entre outros aspectos, os assuntos destacados acima que podem afetar o resultado das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco de forma relevante. Avaliamos também as evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas atuariais envolvidos na auditoria das controladas em conjunto. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelo auditor das controladas em conjunto, bem como os procedimentos realizados e as conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de



distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento nas investidas e, conseqüentemente, o valor do resultado de equivalência patrimonial no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e as suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e as suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e das suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 14 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Paraná Banco S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Banco		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante		2.828.504	2.528.652	2.830.222	2.529.734
Disponibilidades		627	237	677	295
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	1.460.478	844.494	1.460.478	844.494
Aplicações no mercado aberto		1.452.613	843.990	1.452.613	843.990
Aplicações em depósitos interfinanceiros		7.865	504	7.865	504
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.a	196.250	182.892	196.250	182.892
Carteira própria		139.871	172.744	139.871	172.744
Vinculados a prestação de garantia		21.500	1.051	21.500	1.051
Vinculados a compromisso de recompra		34.230	8.398	34.230	8.398
Títulos de capitalização		649	699	649	699
Relações interfinanceiras		82	590	82	590
Pagamentos e recebimentos a liquidar		82	590	82	590
Operações de crédito	6	1.121.471	1.440.381	1.121.471	1.440.381
Operações de crédito - setor privado		1.309.455	1.593.790	1.309.455	1.593.790
Provisão para perdas com operações de crédito	6.d	(187.984)	(153.409)	(187.984)	(153.409)
Outros créditos		49.583	59.835	51.251	60.851
Rendas a receber		3.739	1.054	4.502	1.580
Carteira de câmbio	7.a	-	10.862	-	10.862
Diversos	7.b	62.579	51.907	63.484	52.397
Provisão para perdas outros créditos diversos	6.d	(16.746)	(4.026)	(16.746)	(4.026)
Negociação e intermediação de valores	5.b	11	38	11	38
Outros valores e bens		13	223	13	231
Outros valores e bens		13	223	13	231
Não circulante					
Realizável a longo prazo		2.255.150	2.155.844	2.256.117	2.158.211
Operações de crédito	6	2.120.874	2.063.834	2.120.874	2.063.834
Operações de crédito - setor privado		2.182.167	2.084.069	2.182.167	2.084.069
Provisão para perdas com operações de crédito	6.d	(61.293)	(20.235)	(61.293)	(20.235)
Outros créditos		130.475	88.704	131.442	91.071
Rendas a receber		-	-	-	3.467
Provisão para outros créditos diversos	6.d	-	-	-	(3.464)
Diversos	7.b	130.475	88.704	131.442	91.068
Outros valores e bens		3.801	3.306	3.801	3.306
Outros valores e bens		3.833	3.337	3.833	3.337
Provisão para desvalorizações		(32)	(31)	(32)	(31)
Permanente		635.368	678.751	623.984	668.155
Investimentos		628.294	669.907	616.115	658.459
Participação em controladas e coligada no País	9	628.228	669.741	616.042	658.286
Outros investimentos		83	183	91	191
Provisão para perdas		(17)	(17)	(18)	(18)
Imobilizado de uso		7.074	8.844	7.869	9.696
Imóveis de uso		1.867	1.867	2.371	2.371
Outras imobilizações de uso		15.546	16.308	16.540	17.330
Depreciação acumulada		(10.339)	(9.331)	(11.042)	(10.005)
Total		5.719.022	5.363.247	5.710.323	5.356.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	Banco		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante		2.261.015	2.312.631	2.252.800	2.304.283
Depósitos	10	1.241.126	2.006.884	1.241.116	2.006.381
Depósitos à vista		3.106	9.054	3.096	8.551
Depósitos interfinanceiros		116.376	152.578	116.376	152.578
Depósitos a prazo		1.121.644	1.845.252	1.121.644	1.845.252
Captações no mercado aberto	11	43.640	8.380	34.203	-
Carteira própria		43.640	8.380	34.203	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	836.787	168.786	836.787	168.786
Obrigações por emissão de títulos		836.787	168.786	836.787	168.786
Relações interfinanceiras		49	-	49	-
Recebimentos e pagamentos a liquidar		49	-	49	-
Obrigações por repasses no País	14	7.432	21.693	7.432	21.693
Obrigações por empréstimos	13	-	10.778	-	10.778
Outras obrigações		131.981	96.110	133.213	96.645
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhado		755	2.033	755	2.033
Sociais e estatutárias		26.937	3.278	27.127	3.286
Negociação e intermediação de valores		226	-	226	-
Fiscais e previdenciárias		64.117	46.034	64.913	46.345
Carteira de câmbio	15.a	-	-	-	-
Diversas	15.b	39.946	44.765	40.192	44.981
Não circulante					
Exigível a longo prazo		2.111.338	1.788.416	2.110.854	1.789.617
Depósitos	10	848.868	969.372	848.384	969.372
Depósitos interfinanceiros		-	727	-	727
Depósitos a prazo		848.868	968.645	848.384	968.645
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	1.241.525	792.243	1.241.525	792.243
Obrigações por emissão de títulos		1.241.525	792.243	1.241.525	792.243
Obrigações por repasses no país	14	3.146	11.012	3.146	11.012
Outras obrigações		17.799	15.789	17.799	16.990
Diversas	15.b	17.799	15.789	17.799	16.990
Resultado de exercicios futuros		-	12	-	12
Patrimônio líquido	18	1.346.669	1.262.188	1.346.669	1.262.188
Capital social		-	-	-	-
De domiciliados no País		768.359	745.120	768.359	745.120
De domiciliados no exterior		-	23.239	-	23.239
Reservas de lucros		578.045	493.564	578.045	493.564
Ajuste no valor de mercado - Títulos e valores mobiliário		265	265	265	265
Total		5.719.022	5.363.247	5.710.323	5.356.100

Paraná Banco S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Banco		Consolidado	
	Semestre		Semestre	
	2017	2017	2017	2017
Receitas da intermediação financeira	<u>480.792</u>	<u>552.276</u>	<u>480.792</u>	<u>552.276</u>
Operações de crédito	441.251	488.152	441.251	488.152
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	39.541	63.873	39.541	63.873
Resultado de operações de Câmbio	-	251	-	251
Despesas da intermediação financeira	<u>(257.078)</u>	<u>(322.897)</u>	<u>(256.781)</u>	<u>(322.429)</u>
Operações de captação no mercado	(140.807)	(255.357)	(140.510)	(254.889)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	4.439	503	4.439	503
Provisão para perdas com operações de crédito	6 (120.710)	(68.043)	(120.710)	(68.043)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>223.714</u>	<u>229.379</u>	<u>224.011</u>	<u>229.847</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(93.297)</u>	<u>(128.024)</u>	<u>(92.843)</u>	<u>(127.665)</u>
Receitas de prestação de serviços	-	-	4.151	2.891
Receitas de tarifas bancárias	1.197	2.419	1.197	2.419
Despesas de pessoal	(19.351)	(18.512)	(20.338)	(19.491)
Honorários da Administração	(2.434)	(2.268)	(3.114)	(2.939)
Outras despesas administrativas	20 (83.949)	(119.249)	(84.794)	(120.063)
Despesas tributárias	(14.946)	(12.527)	(15.393)	(12.851)
Resultado de participação em controladas	9 26.948	27.258	26.355	27.512
Outras receitas operacionais	21 5.832	2.148	5.835	2.151
Outras despesas operacionais	21 (6.594)	(7.293)	(6.742)	(7.294)
Resultado operacional	<u>130.417</u>	<u>101.355</u>	<u>131.168</u>	<u>102.182</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>130.417</u>	<u>101.355</u>	<u>131.168</u>	<u>102.182</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>17 (26.152)</u>	<u>(32.208)</u>	<u>(26.717)</u>	<u>(32.345)</u>
Imposto de renda - corrente	(30.605)	(23.623)	(30.931)	(23.760)
Contribuição social - corrente	(25.016)	(19.258)	(25.255)	(19.258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.469	10.673	29.469	10.673
Participação dos empregados e administradores nos lucros	<u>-</u>	<u>(1.996)</u>	<u>(186)</u>	<u>(2.686)</u>
Lucro líquido do semestre	<u>104.265</u>	<u>67.151</u>	<u>104.265</u>	<u>67.151</u>
Juros sobre o capital próprio	<u>43.096</u>	<u>-</u>	<u>43.096</u>	<u>-</u>
Quantidade de ações (em milhares)	<u>82.412</u>	<u>82.412</u>		
Lucro líquido por ação - R\$	<u>1</u>	<u>1</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros		Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Atualização de títulos patrimoniais	Legal	Estatutária				
Saldos em 1 de janeiro de 2017	768.359	-	73.196	353.217	258	-	-	1.195.030
Ajuste ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	7	-	-	7
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	67.151	67.151
Destinações								
Reserva legal	-	-	3.358	-	-	-	(3.358)	-
Reserva para integridade do patrimônio líquido	-	-	-	63.793	-	-	(63.793)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	<u>768.359</u>	<u>-</u>	<u>76.554</u>	<u>417.010</u>	<u>265</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.262.188</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.358</u>	<u>63.793</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.158</u>
Saldos em 1 de janeiro de 2018	768.359	-	82.687	434.190	265	-	-	1.285.500
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	104.265	104.265
Destinações								
Reserva legal	-	-	5.213	-	-	-	(5.213)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(43.096)	(43.096)
Reserva para integridade do patrimônio líquido	-	-	-	55.955	-	-	(55.955)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>768.359</u>	<u>-</u>	<u>87.900</u>	<u>490.145</u>	<u>265</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1.346.669</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.213</u>	<u>55.955</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>61.169</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Banco		Consolidado	
	Semestre		Semestre	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado do semestre	<u>202.533</u>	<u>104.820</u>	<u>202.810</u>	<u>104.543</u>
Lucro líquido do semestre	104.265	67.151	104.265	67.151
Ajustes ao lucro líquido:				
Depreciações e amortizações	1.047	893	1.073	922
Resultado de participação em controladas	(26.948)	(27.258)	(26.355)	(27.512)
Provisão para perdas com créditos	120.710	68.043	120.710	68.043
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(331)	(9.768)	(673)	(9.820)
Provisão para passivos contingentes	3.790	5.759	3.790	5.759
Variações dos ativos e obrigações	<u>361.809</u>	<u>(218.316)</u>	<u>361.229</u>	<u>(227.095)</u>
Redução (aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(7.357)	199	(7.657)	199
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	(5.975)	145.511	(5.975)	145.511
(Aumento) redução em relações interfinanceiras (ativos/passivos)	(33)	(590)	(33)	(590)
Redução em operações de crédito	113.560	32.643	111.353	32.643
(Aumento) redução em outros créditos	25.370	(18.256)	25.519	(18.474)
Redução em outros valores e bens	615	26.956	615	26.956
(Redução) aumento em depósitos	(375.560)	(382.519)	(375.554)	(382.515)
(Redução) em captações no mercado aberto	34.766	(37.706)	34.203	(46.086)
(Redução) em obrigações por repasse do País	(8.796)	(20.321)	(8.796)	(20.321)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimo	-	2.517	-	2.517
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	584.394	994	584.394	994
Aumento (redução) em outras obrigações	26.648	54.715	29.206	54.615
(Redução) Aumento em resultado de exercícios futuros	(2)	(19)	(2)	(19)
Impostos pagos	(25.821)	(22.440)	(26.044)	(22.525)
Disponibilidades líquidas aplicadas (geradas) nas atividades operacionais	<u>564.342</u>	<u>(113.496)</u>	<u>564.039</u>	<u>(122.552)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos recebidos	-	12.662	-	12.662
Alienação de outros investimentos	4.584	-	4.584	-
Alienação de imobilizado de uso	-	25	-	25
Aquisição de imobilizado de uso	(313)	(4.779)	(314)	(4.778)
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de investimentos	<u>4.271</u>	<u>7.908</u>	<u>4.270</u>	<u>7.909</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio	(36.921)	(14.542)	(36.921)	(14.542)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos	<u>(36.921)</u>	<u>(14.542)</u>	<u>(36.921)</u>	<u>(14.542)</u>
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>531.692</u>	<u>(120.130)</u>	<u>531.388</u>	<u>(129.185)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	23.e 921.548	964.357	921.902	973.470
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	23.e 1.453.240	844.227	1.453.290	844.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraná Banco S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Banco		Consolidado	
	Semestre		Semestre	
	2018	2017	2018	2017
Receitas	367.111	488.800	371.264	492.162
Intermediação financeira	480.792	552.276	480.791	552.744
Prestação de serviços e tarifas bancárias	1.197	2.419	5.348	5.310
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(120.710)	(68.043)	(120.710)	(68.043)
Outras	5.832	2.148	5.835	2.151
Despesas de intermediação financeira	(136.368)	(254.854)	(136.071)	(254.854)
Insumos adquiridos de terceiros	(88.101)	(124.400)	(88.931)	(125.086)
Materiais, energia e outros	(2.917)	(2.557)	(2.976)	(2.635)
Serviços de terceiros	(77.915)	(114.220)	(78.511)	(114.792)
Outros	(7.269)	(7.623)	(7.444)	(7.659)
Valor adicionado bruto	142.642	109.546	146.262	112.222
Depreciação, amortização e exaustão	(1.047)	(893)	(1.073)	(922)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	141.595	108.653	145.189	111.300
Valor adicionado recebido em transferência	26.948	27.258	26.355	27.512
Resultado de participação em controladas	26.948	27.258	26.355	27.512
Valor adicionado total a distribuir	168.543	135.911	171.544	138.812
Distribuição do valor adicionado	168.543	135.911	171.544	138.812
Pessoal	21.785	22.776	23.346	25.117
Remuneração direta	13.424	15.047	14.747	16.962
Benefícios	4.396	4.480	4.574	4.637
F.G.T.S.	1.107	872	1.134	897
Previdência social	2.679	2.176	2.679	2.404
Outros	179	201	212	217
Impostos, taxas e contribuições	41.323	44.737	42.638	45.197
Federais	41.256	44.616	42.363	44.931
Municipais	67	121	275	266
Remuneração de capitais de terceiros	1.170	1.247	1.295	1.347
Aluguel	1.170	1.247	1.269	1.347
Outras	-	-	26	-
Remuneração de capital próprio	104.265	67.151	104.265	67.151
Juros sobre o capital próprio	43.097	-	43.097	-
Lucros retidos	61.168	67.151	61.168	67.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Paraná Banco S.A. (“Banco” ou “Companhia”) é uma companhia aberta (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão), de direito privado, operando na forma de banco múltiplo, tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento, operações de crédito imobiliário, e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas em conjunto com a Travelers Brasil Acquisition LLC (“Travelers”) atua também nas operações de seguros e resseguros em ramos elementares e de danos, operando principalmente nos ramos de garantias de obrigações contratuais e judiciais, nos quais é especializado; e por meio de suas controladas diretas atua na administração de fundos de investimento e na prestação de serviços e assessoria.

a. Realização de oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação

Em 25 de outubro de 2016, foi informado por determinados acionistas do bloco de controle da Companhia (“Controladores”), que os Controladores, na qualidade de potenciais compradores, celebraram compromisso de compra e venda de ações preferenciais de emissão da Companhia com a Cox Gestão de Recursos Ltda., na qualidade de representante de grupo de certos acionistas minoritários (“Vendedor”). As ações preferenciais objeto de tal compromisso representavam 34,35% do total das ações preferenciais e 10,71% do total capital social da Companhia (“Ações”).

No âmbito do referido compromisso, as ações foram ofertadas pelo Vendedor em ambiente de bolsa de valores, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 168, de 23 de dezembro de 1991, conforme alterada (“Leilão”). Visto que, as ações representavam mais de 1/3 das ações em circulação e, como os Controladores adquiriram a totalidade das ações no âmbito do Leilão, o percentual de ações em circulação passou a ser de 20,96%, resultando no desenquadramento do percentual mínimo de 25% das ações em circulação, conforme exigido pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e na obrigação de realização de oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação.

Nesse contexto, os Controladores apresentaram à CVM pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações unificada por aumento de participação e para fins de cancelamento de registro de companhia aberta na categoria “A” e saída do segmento especial de listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Nível 1 de Governança Corporativa (“OPA”).

Em 24 de outubro de 2016, os Controladores adquiriram as ações pertencentes a membro da Administração da Companhia, representativas de 5,81% das ações ordinárias e 6,07% de ações preferenciais, sem qualquer efeito sobre as ações em circulação ou a realização da OPA mencionada acima.

Em 11 de abril de 2017, em cumprimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, no âmbito da oferta pública pretendida por determinados acionistas da Companhia para: (a) aumento de participação; (b) cancelamento do registro da Companhia para negociação de ações no mercado

como emissora de valores mobiliários na categoria “A” e conversão para a categoria “B”; e (c) saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“Oferta”), e conforme divulgado no fato relevante de 24 de outubro de 2016, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu o laudo de avaliação das ações de emissão da Companhia, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Corporate Finance & Recovery Ltda., instituição contratada para emissão de laudo de avaliação, conforme deliberado por acionistas minoritários em assembleia geral extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2017 (“Avaliador” e “Laudo de Avaliação”, respectivamente).

O Laudo de Avaliação foi disponibilizado simultaneamente à divulgação do Fato Relevante mencionado, por meio do Sistema IPE da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, na sede e no website da Companhia (Rua Visconde de Nacar, 1441, Centro - Curitiba/PR e <http://riparanabanco.mzweb.com.br/>) e na sede da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de Instituição Intermediária (Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600/3.624, 10º andar, conjuntos 101 e 102 - São Paulo/SP), nos termos do artigo 8º, parágrafo 5º da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002.

Em 5 de outubro de 2017 o Banco comunicou o resultado do leilão da oferta pública de aquisição de ações em circulação para aumento de participação, cancelamento do registro da Companhia para negociação de ações no mercado como emissora de valores mobiliários na categoria “A” e conversão para a categoria “B” e saída do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, nos termos do Edital da OPA, divulgado em 30 de agosto de 2017 e aditado em 25 de setembro de 2017.

Em 24 de outubro de 2017 houve o edital de convocação de assembleia geral extraordinária, a fim de deliberar sobre o resgate e cancelamento das ações de emissão da Companhia remanescentes em circulação no mercado, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), após a realização bem sucedida do leilão da oferta pública unificada para aquisição de ações em circulação de emissão da Companhia mencionado acima, confirmado pela CVM por meio do Ofício nº 338/2017CVM/SEP/GEA-1, expedido em 18 de outubro de 2017.

Em 08 de novembro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o preço de R\$14,54 a ser pago por ação no âmbito do resgate, a ser devidamente ajustado pela variação da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil, desde 10 de outubro de 2017, data de liquidação da OPA, até a data do efetivo pagamento do preço do resgate. O pagamento do preço do resgate foi realizado mediante depósito no dia 23 de novembro de 2017, nos termos do artigo 20, III, da Instrução CVM 361 e do item 4.2 do Edital da OPA.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Banco e as demonstrações contábeis consolidadas, as quais abrangem as demonstrações contábeis do Banco, e de suas controladas, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen).

Em 20 de julho de 2018, as demonstrações contábeis foram concluídas pela Administração e em 07 de agosto de 2018, aprovadas pelo Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Auditoria. A Diretoria do Banco foi autorizada a divulgá-las a partir daquela data.

Para a elaboração destas demonstrações contábeis consolidadas, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os ativos, os passivos, as receitas e as despesas do Banco e de suas entidades controladas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e as suas subsidiárias, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

(i) Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle integral, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Abaixo, demonstramos as empresas sobre as quais o Banco exerce controle integral:

Controladas	30/06/18			% de participação
	Ativo	Passivo	Resultado	
JMalucelli Gestão de Recursos Ltda. (a)	2.107	9	(12)	99,99
J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (b)	11.311	1.223	605	99,99
Controladas	30/06/17			% de participação
	Ativo	Passivo	Resultado	
J. Malucelli Gestão de Recursos Ltda. (a)	3.556	1.211	(16)	99,99
J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (b)	9.635	525	(238)	99,99

- (a) Em 22 de setembro de 2017 houve alteração da denominação social da Sociedade de J. Malucelli Agenciamento e Serviços Ltda., para JMalucelli Gestão de Recursos Ltda, a qual tem como objeto social a administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimento na modalidade gestão de recursos, prestação de consultoria em relação a valores mobiliários, distribuição de cotas de fundos de investimentos e realização de investimento e participação em outras sociedades, na qualidade de acionista, sócia ou quotista, excetuada a participação em instituições financeiras.
- (b) Tem como objeto social a administração de carteiras de valores, a custódia de títulos e valores mobiliários e a promoção do lançamento de títulos e valores mobiliários, públicos e particulares.

(ii) Empreendimentos em conjunto (joint ventures)

Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. O Banco possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem consentimento unânime das partes que partilham o controle. O Banco reconhece sua participação em empreendimento controlado em conjunto, utilizando o método de equivalência patrimonial.

Abaixo, destacamos as entidades controladas em conjunto:

Empresas	Atividade	30/06/2018		30/06/2017	
		Método de reconhecimento	Participação total - %	Método de reconhecimento	Participação total - %
Entidades seguradoras no País					
J. Malucelli Participação em Seguros e Resseguros S.A. (a)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50	Equivalência Patrimonial	50,50
J. Malucelli Latam S.A. (b)	Seguros	Equivalência Patrimonial	50,50	Equivalência Patrimonial	50,50

(a) A J. Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A. (“Companhia”) passou a ser uma controlada em conjunto pelo Banco e pela Travelers Brazil a partir de 17 de junho de 2011.

(b) J. Malucelli Latam S.A. é uma *holding* dos investimentos na América Latina adquirida em 17 de dezembro de 2014.

b. Apuração do resultado

As receitas e as despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b.1 Despesas antecipadas

Até 31 de dezembro de 2014, as despesas de comissão pela intermediação de operações de crédito eram registradas no ativo e reconhecidas como despesa pelo prazo do contrato, calculado de forma exponencial, ou imediatamente quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo.

Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, a Circular Bacen nº 3.738 de dezembro de 2014 facultou que a apropriação ao resultado de tais comissões fosse realizada conforme abaixo:

(a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;

(b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses; e

(c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen nº 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

Em junho de 2017, a Administração do Banco optou por realizar a baixa integral do saldo existente no ativo, no montante de R\$ 20.561, relativos a despesas com comissão pela intermediação de operação de crédito.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas com operações de crédito, imposto diferido ativo, provisão para contingências e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme previsto na Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a intenção da Administração em mantê-los até o seu vencimento ou vendê-los antes dessa data:

- (i) Títulos disponíveis para a venda** - Compreendem os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados pelos seus respectivos valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários. Quando esse título e valor mobiliário é realizado, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento** - Compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações contábeis.
- (iii) Títulos para negociação** - Compreendem os títulos adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Bacen, obedecendo ao seguinte critério:

- (iv) **Instrumentos financeiros derivativos** - Contratos de derivativos estão representados por operações de futuros que são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado.
- (v) Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") são classificados como "hedge" de fluxo de caixa no Banco. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto do *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecido diretamente em conta de resultado.

f. Operações de crédito, depósitos a prazo, interfinanceiros e outras operações ativas e passivas

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e a despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas estão atualizadas até a data do balanço. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

g. Provisão para perdas com operações de crédito

A provisão para perdas com operações de créditos foi constituída em montante compatível com a avaliação de risco de crédito, conforme análise da Administração e normas emanadas do Bacen, que estabelece a criação de nove faixas de riscos, sendo AA (mínimo) e H (perda), e percentuais mínimos de provisionamento para cada faixa.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas com operações de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido nas normas anteriormente referidas.

As operações de crédito com consignação de parcelas em folha de pagamento ("Crédito Consignado") são classificadas levando em consideração o *status* individual de cada contrato de empréstimo, não atribuindo de forma automática o mesmo nível de risco para todas as operações de um mesmo cliente.

Na hipótese de um cliente possuir mais de 1 (um) contrato, aquele(s) que se encontra(m) em curso normal (com as parcelas de principal e encargos sendo amortizadas total ou parcialmente em base mensal) será(ão) classificado(s) conforme a situação do(s) contrato(s), individualmente, independentemente da classificação dos demais contratos (mesmo que um ou mais estejam em prejuízo).

Para as demais modalidades de crédito, a classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco.

O Banco não considera, para nenhuma modalidade de crédito, a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores a 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

h. Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

i. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: 4% para imóveis de uso; 10% para móveis e equipamentos de uso; sistemas de comunicação e sistema de segurança; e 20% para sistema de processamento de dados.

j. Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por operações compromissadas

São demonstrados pelos valores de exigibilidade, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.

k. Saldos de operações em moeda estrangeira

Demonstrados com base nas cotações vigentes na data do balanço.

l. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando alíquota de 15% e a partir de setembro de 2015 a dezembro de 2018, à alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15%, a partir de janeiro de 2019, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

Os créditos tributários e os passivos diferidos, apresentados nas rubricas “Outros créditos - Diversos” e “Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias”, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e os ajustes ao valor de mercado. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco ou suas subsidiárias possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As constituições para as contingências cíveis e trabalhistas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados

utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da premissa inerente ao prazo e ao valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Em relação à provisão para recuperabilidade de ativos (*impairment*), durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco não identificou indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se a operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme segue:

	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Operações compromissadas - Posição bancada	1.452.613	843.990	1.452.613	843.990
Letras Financeiras do Tesouro	100.006	19.991	100.006	19.991
Letras do Tesouro Nacional	402.531	823.999	402.531	823.999
Notas do Tesouro Nacional - B	950.076	-	950.076	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.865	504	7.865	504
Total	1.460.478	844.494	1.460.478	844.494

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração, conforme segue demonstrado abaixo:

30 de junho de 2018	Banco/Consolidado						
	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Papel							
Mantidos para negociação (a.3)							
Carteira própria							
LFT (a.1)	-	9.437	111.207	13.264	133.908	133.910	(2)
Fundos (a.2)	5.963	-	-	-	5.963	5.963	-
Títulos de capitalização							
Títulos de capitalização	649	-	-	-	649	649	-
Vinculados a compromisso de recompra							
LFT (a.1)	-	-	24.778	9.452	34.230	34.227	(3)
Vinculados a prestação de garantia							
LFT (a.1)	-	-	-	21.500	21.500	21.506	(6)
Total	6.612	9.437	145.422	44.216	196.250	196.261	(11)

30 de junho de 2017

Banco/ Consolidado

	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Papel							
Mantidos para negociação (a.3)							
Carteira própria							
LFT (a.1)	-	-	-	167.124	167.124	167.176	(52)
Fundos (a.2)	5.620	-	-	-	5.620	5.620	-
Titulos de capitalização	699	-	-	-	699	699	-
Vinculados a compromisso de recompra							
LFT (a.1)	-	-	-	8.398	8.398	8.404	(7)
Vinculados a prestação de garantia							
LTN (a.1)	-	-	-	1.051	1.051	1.053	(1)
Total	6.319	-	-	176.573	182.892	189.952	(60)

- (a.1) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
- (a.2) Referem-se a aplicações em cotas de fundos de Renda Fixa e Renda Variável não exclusivos, que são valorizadas pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.
- (a.3) Os títulos classificados como mantidos para negociação estão demonstrados nos quadros acima pelos seus vencimentos originais, sendo classificados no balanço patrimonial no ativo circulante, de acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001.

b. Instrumentos financeiros derivativos (Banco e Consolidado)

O principal fator de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de juros. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de maior volatilidade.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos. Em 30 de junho de 2018 e 2017, os contratos de derivativos estão representados por operações de futuros, conforme abaixo:

	Ativo (b.1)				Passivo (b.1)			
	Circulante	Longo Prazo	Total 30/06/18	Total 30/06/17	Circulante	Longo Prazo	Total 30/06/18	Total 30/06/17
Futuros de DI	11	-	11	38	226	-	226	-
Total	11	-	11	38	226	-	226	-

- (b.1) São apresentados no balanço patrimonial na linha de negociação e intermediação de valores, na rubrica de "outros créditos" e "outras obrigações".

Abaixo demonstramos um resumo por categorias:

	30/06/2018		
	Valor Referencial	Curva	Mercado
I - Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"			
Ativo			
Certificado de depósitos interfinanceiros (CDI)	755.927	755.927	755.927
Passivo			
Taxa de juros pós	(685.679)	(685.679)	(693.332)
"Hedge" de fluxo de caixa	70.248	70.248	62.595
<i>Circulante</i>			
<i>Longo prazo</i>	-	-	-
Total diferencial a receber	685.679	685.679	693.332
Total diferencial a pagar		-	11
			226
II - Objeto de "hedge" - Valor da curva			
		30/06/2018	30/06/2017
Passivo			
Depósitos (Nota 10)		325.389	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)		360.290	-
Total		685.579	-

c. Valores estimados de mercado

Os valores de mercado foram estimados com base em preços oficialmente divulgados pela AMBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Mudanças nas premissas e nas alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

6 Operações de crédito, outros créditos e provisão para perdas com operações de crédito

a. Composição da carteira por modalidade de crédito

	Banco/ Consolidado	
	30/06/18	30/06/17
Cheque especial	-	-
Conta garantida	1.906	4.622
Capital de giro	48.252	105.327
Crédito pessoal parcelado (a.1)	3.338.313	3.269.483
Crédito pessoal parcelado (a.2)	12	22
Vendor	-	19
Crédito imobiliário	36.716	50.697
Finame	10.654	31.745
Crédito Rural	-	2.073
Cartão de crédito	55.769	213.553
Crédito vinculado as operações de crédito	-	133
Subtotal	3.491.622	3.677.859
Adiantamento sobre contratos de câmbio (a.4)	-	10.705
Títulos e créditos a receber (a.3)	5.165	9.680
Total	3.496.787	3.698.244

(a.1) Refere-se a operações de crédito consignado em folha de pagamento.

(a.2) Refere-se a operações de crédito não consignadas.

(a.3) Referem-se a créditos com características de concessão de crédito oriundos de cartão de crédito e estão registrados na rubrica "Outros créditos - diversos", apresentado na Nota Explicativa nº 7.b.

(a.4) Refere-se a adiantamentos sobre contratos de câmbio, contabilizados em "outros créditos - carteira de câmbio", vide nota 7.a. Em 30 de junho de 2018 não houve montante referente a rendas a receber de adiantamentos concedidos (R\$ 197 em 30 de junho de 2017), apresentado na Nota Explicativa 7.a.

b. Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento, tipo de cliente e atividade econômica

Banco/Consolidado							
Carteira a vencer							
	Carteira vencida a partir de 15 dias (b.1)	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	30/06/18	Total 30/06/17
Indústria	-	1.936	3.837	4.480	530	10.783	39.505
Comércio	2.748	3.202	1.336	1.053	-	8.339	17.150
Serviços	10.240	6.723	10.963	50.480	-	78.406	148.666
Titulos e créditos a receber	-	5.165	-	-	-	5.165	9.680
Pessoa física	274.335	281.016	707.954	1.233.477	897.312	3.394.094	3.483.243
Total - 30/06/18	287.323	298.042	724.090	1.289.490	897.842	3.496.787	3.698.244
Total - 30/06/17	377.026	409.466	827.683	89.342	1.994.727	3.698.244	-

(b.1) Classificada no Ativo Circulante. Esses valores estão representados pelo saldo total das parcelas em atraso.

c. Composição da carteira de crédito e outros créditos por nível de risco

Banco/Consolidado								
		30/06/18				30/06/17		
Nível	Situação	Atraso em dias	% de provisão	Total geral	Provisão requerida	Provisão adicional (c.2)	Total geral	Valor da provisão
A	Normal	(c.1)	0,50	3.025.713	15.129	-	3.145.872	15.729
B	Normal			22.311	223	-	66.361	664
	Vencido	De 15 a 30	1,00	81.598	816	-	69.476	695
C	Normal			7.465	224	-	29.276	878
	Vencido	De 31 a 60	3,00	35.968	1.079	-	149.428	4.483
D	Normal			3.158	316	-	5.014	501
	Vencido	De 61 a 90	10,00	20.743	2.074	-	33.683	3.368
E	Normal			50.662	15.199	-	5.710	1.713
	Vencido	De 91 a 120	30,00	27.327	8.198	-	19.077	5.723
F	Normal			2.225	1.113	-	36.734	18.367
	Vencido	De 121 a 150	50,00	13.637	6.819	-	14.034	7.017
G	Normal			95.449	64.180	2.634	20.236	19.953
	Vencido	De 151 a 180	70,00	55.009	38.506	40.949	15.580	10.906
H	Normal			2.479	2.479	-	11.925	11.925
	Vencido	Acima de 180	100,00	53.043	53.043	-	75.748	75.748
Total geral				3.496.787	209.398	43.583	3.698.244	177.670

(c.1) Inclui saldos em atraso até 14 dias.

(c.2) A provisão adicional foi constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente. A provisão adicional por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes.

d. Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	Banco	
	30/06/18	30/06/17
Saldo inicial	200.501	193.922
Constituições líquidas de reversões	120.710	68.043
Baixas para prejuízo	(68.230)	(84.295)
Saldo final (*)	252.981	177.670
Recuperação de créditos baixados	16.576	17.344

(*) Em 30 de junho de 2018, o saldo da provisão para perdas com operações de crédito no consolidado é de R\$ 256.445, pois considera também o saldo das provisões contabilizadas na empresa JMalucelli Gestão de Recursos Ltda., no valor de R\$ 3.464.

e. Concentração de créditos

	Banco/Consolidado	
	30/06/18	30/06/17
Dez maiores devedores	45.045	78.906
Percentual do total da carteira de operações de crédito	1,29%	2,13%
Cinquenta maiores devedores seguintes	33.141	72.429
Percentual do total da carteira de operações de crédito	0,95%	1,96%

f. Créditos renegociados e refinanciados

O volume dos créditos refinanciados e renegociados em 30 de junho de 2018 é de R\$ 1.235.866 (R\$ 631.583 em 30 de junho de 2017), sendo R\$ 1.187.584 de refinanciados (R\$ 608.595 em 30 de junho de 2017) e R\$ 48.282 de renegociados (R\$ 22.988 em 30 de junho de 2017). O saldo apresentado foi apurado com base nos critérios descritos na Resolução Bacen nº 2.682/99, que considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, independente de representarem alguma piora ou deterioração na situação do devedor.

g. Cessão de créditos

No semestre findo em 30 de junho de 2018 foram realizadas cessões de crédito no montante de R\$ 146.075 da carteira Verde Card, sem direito de regresso ou coobrigação. Não houve impacto no resultado, pois o Banco não obteve ganho na cessão. (Não ocorreram cessões de crédito em 30 de junho de 2017).

7 Outros créditos

a. Carteira de câmbio

	Banco/Consolidado	
	30/06/18	30/06/17
Câmbio comprado a liquidar	-	10.665
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	-	197
Total	-	10.862

b. Diversos

	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social antecipados	26.378	32.579	26.601	32.665
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17.c)	1.587	1.607	1.587	1.607
Créditos de convênios	693	722	693	722
Adiantamentos diversos (a)	3.073	3.411	3.151	3.422
Impostos a recuperar	510	157	1.114	550
Devedores diversos - outras instituições (c)	12.132	3.751	12.132	3.751
Títulos e créditos a receber (b)	18.206	9.680	18.206	9.680
Total	62.579	51.907	63.484	52.397
Realizável a longo prazo				
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17.c)	126.311	86.172	126.311	86.172
Impostos a recuperar	-	-	795	2.146
Depósitos judiciais	4.164	2.532	4.336	2.750
Total	130.475	88.704	131.442	91.068

- (a) Refere-se a adiantamentos de comissões e antecipações salariais.
- (b) O saldo refere-se a créditos com características de concessão de crédito oriundos de cartão de crédito.
- (c) O saldo refere-se a taxas administrativas a receber, decorrente da portabilidade de operações de crédito consignado para outras instituições.

8 Despesas antecipadas (Banco e Consolidado)

Referem-se a valores pagos antecipadamente decorrentes de comissão de intermediação de negócios do Banco.

As comissões de intermediação de negócios originados a partir de 2015, nos termos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular Bacen nº 3.738/2014, tiveram dois terços da remuneração pagos aos correspondentes reconhecidos no ativo, e o restante como despesa no ato da operação, a partir de 2016 tiveram um terço da remuneração pago aos correspondentes reconhecido no ativo e o restante como despesa no ato da operação e em 2017 foram integralmente reconhecidas como despesas.

Em junho de 2017, a Administração optou por realizar antecipadamente a baixa integral do ativo, no montante de R\$ 20.561, relativos a despesas de comissão pela intermediação de operação de crédito.

9 Participação em controladas e controladas em conjunto no País

Em 30 de junho de 2018	30/06/18					30/06/17	
	JMT Participações em Seguros S.A. (a)	JMalucelli Gestão de Recursos Ltda. (b)	J. Malucelli Participações em Seguros e Resseguros S.A. (c)	J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (d)	J. Malucelli Latam S.A. (e)	Total	Total
Informações sobre as empresas							
Número de quotas/ações do capital (em milhares)	199.134	1.438	417.143	45.000	46.800	-	-
Patrimônio líquido	-	2.110	1.124.531	9.483	43.167	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre	-	(12)	46.140	605	6.047	-	-
Patrimônio ajustado	-	2.098	1.170.671	10.088	49.215	-	-
Informações sobre os investimentos							
Número de quotas/ações possuídas (em milhares)	9.957	1.438	210.657	44.999	23.634	-	-
Percentual de participação	-	99,99%	50,50%	99,99%	50,50%	-	-
Valor da movimentação das contas							
Saldos iniciais	4.584	2.110	643.638	9.483	21.800	681.615	655.145
Dividendos recebidos referente ao semestre anterior	-	-	(75.750)	-	-	(75.750)	(12.662)
Dividendos a receber referente ao semestre vigente	-	-	-	-	-	-	-
Alienação de participação	(4.584)	-	-	-	-	(4.584)	-
Resultado de equivalência patrimonial - operacional	-	(12)	23.301	605	3.054	26.948	27.258
Saldo das participações	-	2.098	591.189	10.088	24.853	628.228	669.741

- (a) Esse investimento está registrado a custo e foi alienado durante o segundo trimestre de 2018. O resultado apropriado pelo Banco na alienação foi de R\$ 6.090.
- (b) Empresa adquirida em 28 de dezembro de 2007, que atua na administração de carteiras de valores mobiliários e fundos de investimento na modalidade gestão de recursos, prestação de consultoria em relação a valores mobiliários, distribuição de cotas de fundos de investimentos e realização de investimento e participação em outras sociedades, na qualidade de acionista, sócia ou quotista, excetuada a participação em instituições financeiras.
- (c) Empresa *holding* dos investimentos nas controladas em conjunto indiretas J. Malucelli Resseguradora S.A. e J. Malucelli Seguradora S.A.
- (d) A J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”) tem como objeto social a administração de carteiras de valores, a custódia de títulos e valores mobiliários e promover o lançamento de títulos e valores mobiliários, públicos e particulares, empresa adquirida em 23 de dezembro de 2010.
- (e) J.Malucelli Latam S.A. é uma *holding* dos investimentos na América Latina adquirida em 17 de dezembro de 2014.

10 Depósitos

Segue a composição por prazo de vencimento:

Banco

Vencimento	À vista		Interfinanceiros		A prazo	
	30/06/18 (a)	30/06/17 (a)	30/06/18	30/06/17	30/06/18 (b)	30/06/17 (b)
Sem vencimento	3.106	9.054	-	-	-	-
Até 90 dias	-	-	40.647	100.729	437.300	591.563
De 91 a 360 dias	-	-	75.729	51.849	684.344	1.253.689
Acima de 360 dias	-	-	-	727	848.868	968.645
Total	3.106	9.054	116.376	153.305	1.970.512	2.813.897

Consolidado

Vencimento	À vista		Interfinanceiros		A prazo	
	30/06/18 (a)	30/06/17 (a)	30/06/18	30/06/17	30/06/18 (b)	30/06/17 (b)
Sem vencimento	3.096	8.551	-	-	-	-
Até 90 dias	-	-	40.647	100.729	437.300	591.563
De 91 a 360 dias	-	-	75.729	51.849	684.344	1.253.689
Acima de 360 dias	-	-	-	727	848.384	968.645
Total	3.096	8.551	116.376	153.305	1.970.028	2.813.897

- (a) Apresentadas como “sem vencimento”, independentemente do giro normal dos depósitos.
- (b) Em 30 de junho de 2018, o saldo com garantia especial, Resolução n° 4.115 de 26 de julho de 2012, é de R\$ 246.869 (R\$ 356.107 em 30 de junho de 2017).

11 Captações no mercado aberto (Banco e Consolidado)

Referem-se a operações de recompras a liquidar, lastreadas em títulos públicos federais, conforme segue:

	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Recompras a liquidar - carteira própria				
LFT	43.640	8.380	34.203	-
Total	43.640	8.380	34.203	-

12 Recursos de aceites e emissão de títulos (Banco e Consolidado)

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a composição da carteira está demonstrada como segue:

	30/06/18			30/06/17
	Circulante	Exigível a longo prazo	Total	Total
Obrigações por emissão de LCI	28.897	-	28.897	31.159
Obrigações por emissão de LF	807.890	1.241.525	2.049.415	929.870
Total	836.787	1.241.525	2.078.312	961.029

13 Obrigações por empréstimos (Banco e Consolidado)

	Até 360 Dias	Acima de 360 dias	Total 30/06/18	Total 30/06/17
	Empréstimos			
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	-	10.778
Total	-	-	-	10.778

14 Obrigações por repasses no país - Instituições oficiais (Banco e Consolidado)

Representados por recursos provenientes do BNDES, com vencimento até 2020. As operações estão sujeitas à incidência de encargos correspondentes à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescido de juros, de acordo com as políticas operacionais do sistema BNDES. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e encargos financeiros, acrescidos de comissão por intermediação.

	30/06/18			30/06/17
	Circulante	Realizável a longo prazo	Total	Total
Obrigações por repasses no País	7.432	3.146	10.578	32.705
Total	7.432	3.146	10.578	32.705

15 Outras obrigações

a. Carteira de câmbio (Banco e Consolidado)

	Banco/Consolidado	
	30/06/18	30/06/17
Obrigações por compra de câmbio	-	10.508
(-) Adiantamento sobre contratos de câmbio	-	(10.508)
Total	-	-

b. Diversas

	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Circulante				
Provisão para pagamento a efetuar - Outras despesas administrativas	10.413	15.166	10.659	15.382
Recebimento antecipado de operações de créditos (a)	25.619	24.300	25.619	24.300
Valores a pagar - cartão de crédito (b)	55	792	55	792
Provisão para devolução de tarifas sobre liquidação antecipada de contratos (c)	265	265	265	265
Credores diversos - País (d)	3.499	4.108	3.499	4.108
Provisão - tarifas	55	55	55	55
Outros	40	80	40	80
Total	39.946	44.765	40.192	44.981
	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Exigível a longo prazo				
Provisão para contingências cíveis	5.178	4.871	5.178	4.908
Provisão para contingências tributárias (e)	1.149	1.102	1.149	1.102
Provisão para contingências trabalhistas	11.472	9.816	11.472	9.816
Adiantamento de clientes	-	-	-	989
Recursos de consórcios não procurados	-	-	-	175
Total	17.799	15.789	17.799	16.990

- (a) Refere-se a valores pagos de empréstimos pelos clientes, cuja identificação da operação a ser baixada ainda não foi efetuada.
- (b) Referem-se a valores a pagar aos lojistas.
- (c) Refere-se a valores de tarifas sobre liquidações antecipadas cobradas indevidamente.
- (d) Referem-se a valores repassados pelos convênios, cuja identificação da operação ainda não foi efetuada.
- (e) Conforme plano de contas do BACEN, até 31 de dezembro de 2016 a provisão para contingências tributárias estava classificada no grupo de “fiscais e previdenciárias”. Após a Carta Circular nº 3.782 do BACEN, houve reclassificação no plano de contas e o saldo passou a ser apresentado no grupo “diversas”.

16 Provisões, passivos, contingências ativas e passivas (Banco e Consolidado)

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Cíveis	5.178	4.871	5.178	4.908
Trabalhistas	11.472	9.816	11.472	9816
Tributárias	1.149	1.102	1.149	1.102
Total	17.799	15.789	17.799	15.826

b. Movimentação das provisões

2018					
Banco	Saldos em 1º de janeiro	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldos em 30 de junho
Cíveis	4.524	2.010	(1.057)	(299)	5.178
Trabalhistas	15.454	1.760	(3.160)	(2.582)	11.472
Tributárias	1.129	20	-	-	1.149
Total - Banco	21.107	3.790	(4.127)	(2.881)	17.799
Total - 2017	12.706	6.828	(1.069)	(2.276)	15.789
2018					
Consolidado	Saldos em 1º de janeiro	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldos em 30 de junho
Cíveis	4.524	2.010	(1.057)	(299)	5.178
Trabalhistas	15.454	1.760	(3.160)	(2.582)	11.472
Tributárias	1.129	20	-	-	1.149
Total - Consolidado	21.107	3.790	(4.127)	(2.881)	17.799
Total - 2017	12.743	6.828	(1.069)	(2.676)	15.826

c. Contingências ativas e passivas

c.1 Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

Em 30 de junho de 2018, o Banco possui contingências tributárias avaliadas por nossos assessores jurídicos como risco de perda provável no montante original de R\$ 1.149 (R\$ 1.102 em 30 de junho de 2017) cuja provisão é de R\$ 1.149 (R\$ 1.102 em 30 de junho de 2017). A matéria discutida é a seguinte:

- **INSS SAT:** ação judicial referente ao recolhimento do Seguro Acidente do trabalho recolhida com alíquota diferente da legislação no período de junho de 2007 a novembro de 2009. O valor de provisão atualizado é de R\$ 1.149 (R\$ 1.102 em 30 de junho de 2017).

Existe ainda uma Ação Judicial classificada como possível que postula a inexigibilidade da cobrança da contribuição ao PIS nos termos das Leis nº. 9.807/98, nº. 9.718/98, e da MP 1.807/99, que ampliaram a base de cálculo da contribuição cobrada das instituições financeiras, fazendo-o incidir não mais sobre a “receita bruta operacional”, mas sobre a receita total das empresas, cujo montante em 30 de Junho de 2018 é R\$ 3.172 (R\$ 2.904 em 30 de junho de 2017) e também uma Ação Judicial que postula a manutenção da isenção da COFINS anteriormente fruída pelas empresas, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº. 70/91 e, subsidiariamente, o reconhecimento da inconstitucionalidade e da ilegalidade da exigência de tal contribuição, com a base de cálculo e alíquota veiculada pela Lei nº. 9.718/98, que equiparou receita a faturamento e estipulou o percentual de 3% para o recolhimento, cujo montante em 30 de junho de 2018 é R\$ 17.728 (R\$ 16.239 em 31 de dezembro 2017).

17 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do semestre

	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Resultado antes da tributação sobre o lucro (após as participações e com exclusão da JSCP)	130.417	99.359	131.168	99.496
Encargos do imposto de renda e da contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(58.688)	(44.712)	(59.026)	(44.773)
Exclusões (adições) permanentes	32.536	12.504	32.309	12.428
Participações em controladas	12.126	12.266	11.860	12.380
Juros sobre o capital próprio	19.393	-	19.393	-
Outras	1.017	238	1.056	48
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do semestre	(26.152)	(32.208)	(26.717)	(32.345)

- (1)** Alíquotas vigentes: (i) 25% para imposto de renda; (ii) 15% para a contribuição social até agosto de 2015 e 20% para o período de setembro de 2015 até dezembro de 2017 para as empresas financeiras e equiparadas, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e (iii) 9% para as empresas não financeiras.

b. Composição das contas de despesas com imposto de renda e contribuição social

	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Impostos diferidos - Constituição no semestre, sobre adições temporárias	29.469	10.673	29.469	10.673
Impostos correntes - Imposto de renda e contribuição social correntes	(55.621)	(42.881)	(56.186)	(43.018)
Total	(26.152)	(32.208)	(26.717)	(32.345)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Banco/Consolidado		
	2018		
	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/(realização)	Saldos em 30 de junho de 2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo			
Sobre a provisão para perdas com créditos	89.306	30.733	120.039
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	8.981	(1.380)	7.601
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	162	(9)	153
	98.449	29.344	127.793
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo			
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	5	-	5
	5	-	5
Banco/Consolidado			
2017			
Descrição	Saldos em 1º de janeiro	Constituição/(realização)	Saldos em 30 de junho de 2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo			
Sobre a provisão para perdas com créditos	71.912	8.798	80.710
Sobre a provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	5.803	1.862	6.945
Sobre prejuízo com títulos e valores mobiliários	111	13	124
	77.106	10.673	87.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo			
Sobre o ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários	5	-	5
	5	-	5

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de imposto de renda e contribuição social

A previsão de realização dos créditos tributários é de até cinco anos, fundamentada no estudo de recuperabilidade realizado com base no orçamento do Banco. O valor presente dos créditos tributários, considerando a taxa média de captação, é de R\$ 88.948 (R\$ 87.779 em 30 de junho de 2017).

e. Créditos tributários não registrados (Banco e Consolidado)

O Banco e as suas subsidiárias não possuem créditos tributários não registrados nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2018 e 2017.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social do Banco, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 56.487.534 (56.724.976 em 30 de junho de 2017) de ações ordinárias nominativas e 24.956.561 (24.012.427 em 30 de junho de 2017) de ações preferenciais pertencentes a acionistas domiciliados no País todas sem valor nominal.

b. Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017, o Banco não possuía ações em tesouraria.

c. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do semestre, limitada a 20% do capital social.

A reserva estatutária refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco e das suas controladas, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

Conforme disposições estatutárias, o Conselho de Administração efetua a proposta de destinação do lucro líquido do semestre após a constituição da reserva legal e do pagamento do dividendo obrigatório mínimo, cuja proposta é levada à aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do semestre, ajustado nos termos da lei societária. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da despesa incorrida reclassificado da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucros, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações contábeis, consoante o art. 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil.

	30/06/2018		
	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	16.009	2.401	13.608
Juros sobre o Capital Próprio (2)	27.087	4.063	23.024
Total	43.096	6.464	36.632

30/06/2017

	Bruto	IRRF	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (8)	-	-	-
Total	-	-	-

- (1) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2018 e pago em 16 de abril de 2018.
- (2) Deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2018 e pago em 16 de julho de 2018 e 11 de dezembro de 2018.

Os referidos juros reduziram os encargos tributários registrados no resultado do semestre em R\$ 16.484.

19 Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco incluem transações com as empresas controladas, controladas em conjunto, com outras empresas do grupo e pessoas-chave na Administração.

Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle.

Banco

30/06/18

Descrição	Direitos (Obrigações)	Receitas	Despesas
Depósitos à vista e outros	(460)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(194.403)	-	7.091
Carteira própria (b)	(9.921)	-	297
Letras Financeiras	(107.291)	-	3.239
Remuneração da Administração (a)	-	-	2.434
Juros sobre o capital próprio	(43.096)	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	944
Propaganda e publicidade	-	-	129
Serviços da Tecnologia da Informação	-	-	2.868

30/06/17

Descrição	Direitos (Obrigações)	Receitas	Despesas
Depósitos à vista e outros	(845)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(289.436)	-	19.105
Carteira própria (b)	(8.380)	-	468
Letras Financeiras	(14.176)	-	255
Remuneração da Administração (a)	-	-	2.268
Juros sobre o capital próprio	-	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	1.257
Propaganda e publicidade	-	-	273
Serviços da tecnologia da informação	-	-	2.465

Consolidado

Descrição	30/06/18		
	Direitos (Obrigações)	Receitas	Despesas
Depósitos à vista e outros	(450)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(194.403)	-	7.089
Letras Financeiras	(107.291)	-	2.944
Remuneração da Administração (a)	-	-	3.114
Juros sobre o capital próprio	(43.096)	-	-
Ressarcimento de despesas	-	-	944
Propaganda e publicidade	-	-	129
Serviços da Tecnologia da Informação	-	-	2.868
Descrição	30/06/17		
	Direitos (Obrigações)	Receitas	Despesas
Depósitos à vista e outros	(342)	-	-
Depósitos a prazo (b)	(323.699)	-	22.432
Letra de câmbio imobiliário	2.915	-	174
Remuneração da Administração (a)	-	-	2.939
Ressarcimento de despesas	-	-	1.257
Juros sobre o capital próprio	-	-	-
Propaganda e publicidade	-	-	273
Serviços da tecnologia da informação	-	-	2.465

- (a) Refere-se à remuneração do pessoal-chave da Administração.
- (b) Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 7 de outubro de 2010, da CVM.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

J Malucelli Seguradora S.A., J Malucelli Resseguradora S.A., J Malucelli Participações em Seguros e Resseguros, Travelers Seguros Brasil, J Malucelli Latam S.A., J Malucelli Administração e Participação e suas controladas não financeiras, destacando-se a J Malucelli Construtoras de Obras, a J Malucelli Energia, a J Malucelli Rental, a J Malucelli Equipamentos, a J Malucelli Serviços de Tecnologia Ltda., J Malucelli Futebol S/A., a Porto de Cima Corretora de Seguros Ltda., a Invest Bens Administradora de Bens, a J Malucelli Gerenciadora de Projetos e Análise de Riscos, a J Malucelli Concessões e a Porto de Cima Incorporações.

20 Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Comissões e corretagens (a)	(34.486)	(75.405)	(34.486)	(75.405)
Serviços técnicos especializados (e)	(25.441)	(23.362)	(25.712)	(23.646)
Processamento de dados	(10.794)	(8.675)	(10.927)	(8.811)
Propaganda e publicidade	(2.220)	(1.483)	(2.227)	(1.486)
Serviços gráficos	(58)	(86)	(58)	(86)
Despesas com portabilidade (b)	-	-	-	-
Despesas do sistema financeiro	(884)	(852)	(951)	(905)
Despesas com comunicações	(880)	(840)	(906)	(865)
Despesas com transportes	(374)	(160)	(375)	(171)
Despesas com aluguel	(1.170)	(1.247)	(1.264)	(1.347)
Promoções e relações públicas	(300)	(56)	(300)	(56)
Manutenção e conservação de bens	(1.061)	(835)	(1.080)	(851)
Material expediente	(102)	(45)	(105)	(46)
Despesas com publicações	(65)	(426)	(100)	(465)
Despesas com tarifas de convênios (c)	(3.445)	(3.285)	(3.445)	(3.285)
Despesas com viagens	(455)	(353)	(522)	(409)
Outras (d)	(2.213)	(2.140)	(2.328)	(2.229)
Total	(83.949)	(119.249)	(84.794)	(120.063)

- (a) Despesas com comissões pagas aos correspondentes bancários - crédito consignado.
- (b) Despesas com portabilidade de operações de crédito realizadas conforme Resolução nº 4.292/2013.
- (c) Referem-se a pagamentos mensais efetuados às empresas de consignação que são as responsáveis por gerenciar a carteira de empréstimos consignados.
- (d) Referem-se a despesas diversas como água, energia elétrica, vigilância, copa e cozinha e despesas com cartórios.
- (e) Refere-se a despesa com serviços de consultoria, honorários de serviços de call-center, auditoria externa e assessoria técnica.

21 Outras receitas e despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
Outras receitas				
Recuperação de despesas	1.557	11	1.557	11
Lucros na alienação de valores e bens	-	-	-	-
Reversão de provisão cível e trabalhista	4.217	1.069	4.217	1.069
Atualização monetária sobre IR e CS pagos antecipadamente no período anterior	9	-	9	-
Outras	49	1.068	52	1.071
Total	5.832	2.148	5.835	2.151
Outras despesas				
Desconto de principal cartão de crédito	-	-	-	-
Contingências cíveis, trabalhistas e tributárias	(6.013)	(6.925)	(6.161)	(6.925)
Atualização de cessão de crédito liqui. antec.	(194)	(146)	(194)	(146)
Doações diversas	-	-	-	-
Despesa com variação cambial em moeda estrangeira	-	(62)	-	(62)
Taxas operacionais câmbio	(1)	(143)	(1)	(143)
Outros	(386)	(17)	(386)	(18)
Total	(6.594)	(7.293)	(6.742)	(7.294)

22 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros em 30 de junho de 2018 e 2017 referem-se aos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, divulgados na Nota Explicativa nº 5, as operações de crédito na Nota Explicativa nº 6 e os depósitos a prazo na Nota Explicativa nº 10. No quadro abaixo seguem os valores de mercado para as operações de crédito e para os depósitos a prazo, visto que os demais instrumentos financeiros anteriormente citados já estão sendo apresentados a valor de mercado:

	Banco/Consolidado					
	30/06/18			30/06/17		
	Valor contábil	Valor de mercado	Lucro (prejuízo) não realizado	Valor contábil	Valor de mercado	Lucro (prejuízo) não realizado
Operações de crédito	3.496.787	3.588.520	(91.733)	3.698.244	3.505.034	(193.210)
Depósitos a prazo	1.970.512	1.963.300	(7.212)	2.813.897	2.805.815	(8.082)

Os valores justos foram estimados para grupos de operações de crédito similares com base no tipo de operação, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo das operações prefixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros, que equivalem aproximadamente à taxa básica de juros..

As operações do Banco e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

As políticas de crédito do Banco são fixadas pela Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da análise de crédito criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de seus produtos (pulverização do risco).

O Banco possui, ainda, a provisão para perdas com operações de crédito, no montante de R\$ 252.981 (R\$ 177.670 em 30 de junho de 2017), para fazer face ao risco de crédito.

b. Risco de taxa de juros e de liquidez

Os resultados do Banco estão suscetíveis a sofrer variações significativas decorrentes das operações contratadas a taxa de juros pós-fixada e prefixada. A Administração gerencia o risco de taxa de juros e o risco de liquidez, por meio de sistemas que incluem VAR, relatórios de rentabilidade, de liquidez e outros relatórios gerenciais.

c. Risco de mercado

Parâmetros utilizados para o gerenciamento do risco de mercado

O Banco utiliza as seguintes metodologias para avaliar o risco de mercado, facilitando a análise e a percepção sobre o quadro de risco ao qual o Banco está exposto.

- Posições

O valor de mercado das posições é segregado em “compradas” e “vendidas”.

Esses dois valores dão uma ideia do volume de negócios, mas, não necessariamente, uma visão real do risco.

Limites de posição podem ser estabelecidos em função de um tipo de instrumento específico ou estratégia, para que sejam mantidos de acordo com os níveis desejados pelo Banco.

- **Sensibilidades**

As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira do Banco. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e da estrutura da carteira do Banco.

Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo da taxa de juros por um ponto-base (0,01) é a principal medida de sensibilidade.

- **Análise de cenário (teste de estresse)**

É um requerimento das Autoridades Reguladoras. Os cenários generalizam as sensibilidades, pois com o impacto do movimento, uma gama inteira de parâmetros de mercado é considerada ao mesmo tempo.

Os resultados de um teste de estresse dão uma informação complementar da potencial perda da carteira do Banco para cenários de ruptura de mercado, situação que o modelo-padrão de VaR não consegue prever.

Os cenários de estresse são estabelecidos pelo Comitê de Riscos e Capital com o Departamento de Planejamento Financeiro e são revisados anualmente.

Caso haja necessidade de reavaliação, em face das alterações substanciais nas condições do mercado, essas serão discutidas no Comitê de Riscos e Capital.

- **Value at Risk**

O Value at Risk (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*), sob condições normais de mercado.

Para o VaR regulatório reportado localmente, por exemplo, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias de *holding period*.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

- **Economic Value Equity (EVE)**

A exposição da carteira, *Banking*, é mensurada através da metodologia Economic Value Equity (EVE), que se caracteriza por ser uma metodologia de mensuração de impactos econômicos, utilizada para cálculo de exposição ao risco de taxas de juros dos títulos classificados na carteira de não negociação (*Banking*).

Essa metodologia consiste em:

1. Apurar o valor presente dos fluxos.
2. Apurar o *duration* do ativo e do passivo por indexador.
3. Determinar a média ponderada baseada nas taxas históricas dos últimos quatro anos.
4. Calcular o impacto no ativo e no passivo, tendo como base a variação nas taxas de juros; e calcular a exposição através da metodologia EVE.

O modelo padrão adotado pelo Banco deve estar documentado e disponível na área de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez.

- **Backtesting**

O Backtesting é um elemento-chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pelo Banco, sendo, também, um requerimento da Autoridade Reguladora.

Consiste na análise da razão de verossimilhança para testar o número de perdas acima do grau de confiança esperado, servindo para identificar as falhas dos modelos de VaR e os fatores que precisarão de ajustes.

Monitoramento e controle

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de sistema integrado aos sistemas legados, controlando as posições geradoras de risco.

Com base nesse sistema, são elaborados relatórios de monitoramento e controle destinados à Gerência e aos Comitês Executivo Sênior e de Riscos e Capital. Os relatórios permitem um acompanhamento da exposição por determinada categoria de produtos, assim como a análise do comportamento da carteira quando exposta aos cenários de estresse.

Os procedimentos necessários para execução dos controles de risco estão documentados em manuais de procedimentos e são revisados com periodicidade mínima anual.

Para fins de efetuar essa análise, as operações do Banco são segregadas da seguinte forma:

- **Carteira de trading** - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade.

As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, à obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou à realização de arbitragens.

- **Carteira de banking** - Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas sem intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de não negociação.

Abaixo, segue a Exigência de Capital para as carteiras *trading* e *banking*:

Trading Book (R\$ milhares)

	30/06/18	30/06/17
RWAjur(1)	2.554	686
RWAjur(2)	3.970	59
RWAjur(3)	2.897	3
RWAjur(4)	2.146	2
RWAacs(5)	954	1
RWAcom(6)	1.073	1
RWAcam(7)	2.384	20
(1) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa de juros prefixada denominada em Reais (Circular Bacen n° 3.634/13).		
(2) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (Circular Bacen n° 3.635/13).		
(3) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa dos cupons de índices de preços (Circular Bacen n° 3.636/13).		
(4) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação da taxa dos cupons de taxa de juros (Circular Bacen n° 3.637/13).		
(5) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação do preço das ações (Circular Bacen n° 3.638/13).		
(6) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação dos preços de mercadorias (Circular Bacen n° 3.639/13).		
(7) Requerimento de capital para exposição sujeita à variação cambial (Circular Bacen n° 3.641/13).		

Banking Book

	30/06/18	30/06/17
Rban - prefixado	224.975	76.353
Rban - Dolar dos EUA	190	-
Rban - TJLP	6.211	-
Rban - IPCA	-	289
Rban - IGPM	-	43.256
Rban - TR	-	-

d. Posições de instrumentos financeiros e operações de *hedge* (Quadro de análise de sensibilidade - Banco e Consolidado)

A Instrução CVM n° 475 de 17 de dezembro de 2008 dispôs sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de *hedge*, que inclui a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A referida Instrução também determinou os percentuais de deterioração aos quais a Administração deve considerar na avaliação dos cenários. Cabe ressaltar que os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário em uma posição estática da carteira.

Para mensurar essas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

- **Cenário I:** Situação considerada provável pela Administração e que já está contemplada na valorização das operações constantes do balanço patrimonial, considera a aplicação de um ponto percentual, tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e no índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2018, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 6,4640 e 6,3360 (10,2414 e 10,0386 em junho de 2017).
- **Cenário II:** Considera a aplicação de, pelo menos, 25 pontos percentuais (d.1), tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2018, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 8,0000 e 4,0000 (12,6750 e 7,6050 em junho de 2017).
- **Cenário III:** Considera a aplicação de, pelo menos, 50 pontos percentuais (d.1), tanto de crescimento quanto de queda, nos preços de moedas e índice de taxa de juros. No cenário aplicado sobre as posições de 30 de junho de 2018, para o cenário de juros, foi utilizada a taxa média DI Pré-Over de 9,6000 e 3,2000 (15,2100 e 5,0700 em junho de 2017).

Banco/Consolidado em 30 de junho de 2018

Cenário de alta na taxa DI

				<u>Valorização</u>		
				<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário-base	1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.460.478	6,4000	935	23.368	46.735
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	124.471	6,4000	80	1.992	3.983
Operações de crédito	Índice DI	50.477	6,4000	32	808	1.615
Depósitos a prazo	Índice DI	(1.955.716)	6,4000	(1.252)	(31.291)	(62.583)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(116.376)	6,4000	(74)	(1.862)	(3.724)
Letras financeiras e LCI	Índice DI	(2.078.312)	6,4000	(1.330)	(33.253)	(66.506)
Efeito líquido				<u>(1.609)</u>	<u>(40.238)</u>	<u>(80.480)</u>

Cenário de baixa na taxa DI

				<u>Deterioração</u>		
				<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário - base	1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	1.460.478	6,4000	(935)	(23.368)	(46.735)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	124.471	6,4000	(80)	(1.992)	(3.983)
Operações de crédito	Índice DI	50.477	6,4000	(32)	(808)	(1.615)
Depósitos a prazo	Índice DI	(1.955.716)	6,4000	1.252	31.291	62.583
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(116.376)	6,4000	74	1.862	3.724
Letras financeiras e LCI	Índice DI	(2.078.312)	6,4000	1.330	33.253	66.506
Efeito líquido				<u>1.609</u>	<u>40.238</u>	<u>80.480</u>

Banco/Consolidado em 30 de junho de 2017

				<u>Valorização</u>		
				<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
Cenário de alta na taxa DI						
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário-base	1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	844.494	10,1400	856	21.408	42.816
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	167.124	10,1400	169	4.237	8.473
Operações de crédito	Índice DI	121.125	10,1400	123	3.071	6.141
Depósitos a prazo	Índice DI	(2.780.153)	10,1400	(2.819)	(70.477)	(140.954)
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(153.305)	10,1400	(155)	(3.886)	(7.773)
Letras financeiras	Índice DI	(961.029)	10,1400	(974)	(24.362)	(48.724)
Efeito líquido				<u>(2.800)</u>	<u>(70.009)</u>	<u>(140.021)</u>

				<u>Deterioração</u>		
				<u>I</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
Cenário de baixa na taxa DI						
Operação	Risco de Variação em:	Valor-base	Cenário-base	1%	25%	50%
Aplicações interfinanceiras	Índice DI	844.494	10,1400	(856)	(21.408)	(42.816)
Títulos e valores mobiliários	Índice DI	167.124	10,1400	(169)	(4.237)	(8.473)
Operações de crédito	Índice DI	121.125	10,1400	(123)	(3.071)	(6.141)
Depósitos a prazo	Índice DI	(2.780.153)	10,1400	2.819	70.477	140.954
Depósitos interfinanceiros	Índice DI	(153.305)	10,1400	155	3.886	7.773
Letras financeiras	Índice DI	(961.029)	10,1400	974	24.362	48.724
Efeito líquido				<u>2.800</u>	<u>70.009</u>	<u>140.021</u>

23 Outras informações

- (a) O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, calculado de forma consolidada com a J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que constituem o Conglomerado Financeiro nos termos da Resolução Bacen nº 2.099/94 e das normas posteriores. Em 30 de junho de 2018, o patrimônio de referência exigido representava 22,06%, superior, portanto, ao mínimo de 10,5% estabelecido pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13 do Conselho Monetário Nacional (21,28% em 30 de junho de 2017) dos ativos ponderados por risco.
- (b) Em 30 de junho de 2018 não há avais de fianças concedidos pelo Banco (R\$ 2.361 em 30 de junho de 2017).
- (c) O Banco e as suas controladas são patrocinadores de um plano de aposentadoria complementar para os seus funcionários, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. O Banco é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições, no

semestre findo em 30 de junho de 2018, totalizaram R\$ 179 no Banco (R\$ 201 em 30 de junho de 2017) e no consolidado R\$ 202 (R\$ 470 em 30 de junho de 2017). As contribuições relativas às acumulações das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.

- (d) A empresa controlada J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é responsável pela administração de 21 fundos de investimento, cujos patrimônios líquidos totalizam R\$ 1.751.662 (R\$ 2.793.480 em 30 de junho de 2017) e pela gestão da carteira de 9 empresas cujos patrimônios líquidos totalizavam R\$ 1.703.846 (seis carteiras que totalizavam R\$ 1.531.788 em 30 de junho de 2017).
- (e) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa são compostos por:

	Banco		Consolidado	
	30/06/18	30/06/17	30/06/18	30/06/17
No início do semestre:				
Disponibilidades	293	10.880	347	11.423
Fundos de renda fixa	-	-	-	5.041
Aplicações interfinanceiras de liquidez (e.1)	921.255	778.461	921.555	781.864
Total	921.548	789.341	921.902	798.328
No final do semestre:				
Disponibilidades	627	1.456	677	1.487
Aplicações interfinanceiras de liquidez (e.1)	1.452.613	942.498	1.452.613	950.843
Total	1.453.240	943.954	1.453.290	952.330

- (e.1) Referem-se a aplicações do Banco e de controladas em títulos e valores mobiliários com prazo de vencimento de até 90 dias, contados a partir da data de sua aquisição.

* * *

Diretoria

Cristiano Malucelli - Presidente
André Luiz Malucelli - Diretor Comercial Pessoa Jurídica
Anilson Fieker Pedrozo - Diretor Operacional e Administrativo
Laercio Schulze de Sousa - Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Nile Mannrich - Diretora Comercial Pessoa Física

Contador responsável

Hilário Mário Walesko - Controller
CRC-PR 29.585/O-9